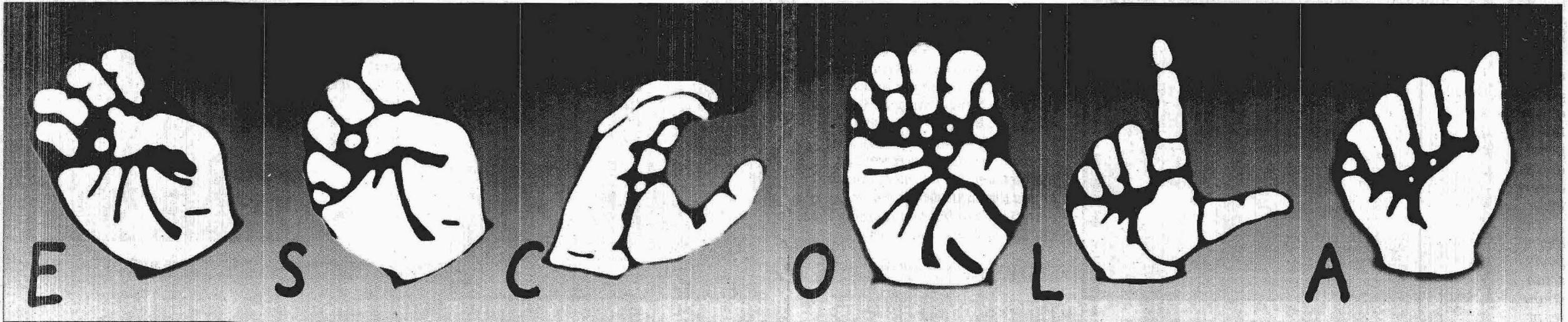


BRASIL

Um aluno diferente vai à



José Negreiros
Da equipe do Correio

No primeiro dia de aula do segundo semestre do ano passado, os alunos de uma escola pública no bairro do Alecrim, em Natal, Rio Grande do Norte, se deparam com uma placa de duas palavras na porta de uma das turmas: "Sala de Integração". Em 24 horas a placa foi arrancada. Permanece um bom exemplo de como funcionava, em muitos casos no Brasil, a bem sucedida experiência mundial de acabar com a escola que separa crianças deficientes das consideradas normais — apenas no papel.

O cenário está mudando rapidamente. "Depois da campanha que fizemos há um ano para motivar a sociedade, o número de crianças deficientes matriculadas aumentou 66 por cento", revela Luzimar Peixoto, do Ministério da Educação. "Elas estão batendo cada vez mais à porta das escolas".

Modelo de desempenho nessa tentativa de acabar com o preconceito, o Rio Grande do Norte começou cedo e tem uma lei especial que obriga a matrícula de deficientes na escola comum. Esses alunos têm desde limitações físicas, como o comprometimento visual ou auditivo, passando por problemas mais complexos como a síndrome de Down (deficiência mental em grau variado) e até mesmo distúrbios de comportamento. Nada disso impede que frequentem a escola em companhia dos demais e podem dar as mesmas respostas que eles, desde que sua situação não seja tão grave, como frequentar uma classe de faixa etária mais baixa.

"Uma questão muito importante é a forma de avaliar esses alunos. Obviamente não pode ser de acordo com o mesmo critério que avaliamos os demais", explica Patrícia Queiroz, especialista potiguar familiarizada com o tema. "Numa redação, por exemplo, é preciso dar maior peso à coerência". Ela lembra que no passado os professores tinham direito a 40% a mais no salário por cada aluno diferente que recebiam em classe. Quando o governo cortou a vantagem, muitos reagiram mal: "Tirem aquele menino doente da minha classe", sugeriam aos coordenadores de ensino. A escola Augusto Severo, no centro da cidade, há tempos lida com deficientes que tornou-se um ponto de concentração desses alunos.

INTEGRAÇÃO

Nele e em alguns centros, como a pioneira a escola do Serviço Social da Indústria (Sesi), 25 alunos deficientes estão perfeitamente integrados aos outros 500. A ponto de a Linguagem Brasileira de Sinais (Libras), utilizada na comunicação entre pessoas com deficiência auditiva, ser ali uma espécie de segundo idioma — todo mundo fala. Gabriel Piva, 10 anos, está na segunda série do Sesi. Cutuca quem está do lado, corre de um lado para outro, lidera um grupinho, não perde uma vírgula do que a professora Nirlei faz em frente ao quadro negro.

"Mamãe, está horrível!", pergunta ele, depois de copiar o dever de casa, dirigindo-se a D. Elimar, que assiste da janela os últimos minutos da aula. "Está ótimo", responde ela. Só na hora desse diálogo percebe-se que Gabriel não ouve, fala por sinais. D. Elimar se esmera tanto na comunicação com o filho que ao imitá-lo é como se ela é que tivesse o problema. Como toda a turma faz o mesmo que ela, diferente é quem fala normalmente. "Gosto de vir para a escola brincar", diz Gabriel que quase já pronuncia al-

gumas palavras, como ESCOLA. "Tenho que ajudá-lo a organizar o pensamento. Ele simplifica muito", conta D. Elimar. "Lá em casa eu organizo um verdadeiro teatro para ele entender as coisas. Foi mais difícil no passado. Hoje o Gabriel faz tudo que qualquer outro menino faz", orgulha-se.

No Distrito Federal, há 20 anos que a escola pública integra. Tornou-se centro de referência nacional por ser o estado que maior número de serviços oferece a 4 mil alunos em 350 escolas e 10 centros de atendimento especial. Além de salas de recursos (onde o aluno recebe reforço de aprendizagem), Brasília dispõe de professores itinerantes, classes hospitalares e até mesmo atendimento domiciliar. O modelo aplicado aqui divide-se em três categorias: integração total, na qual os alunos deficientes estudam em sala comum e dispõem de apoio pedagógico; integração parcial desenvolvida em classes especiais; e educação ministrada em centros especializados.

CAPACITAÇÃO

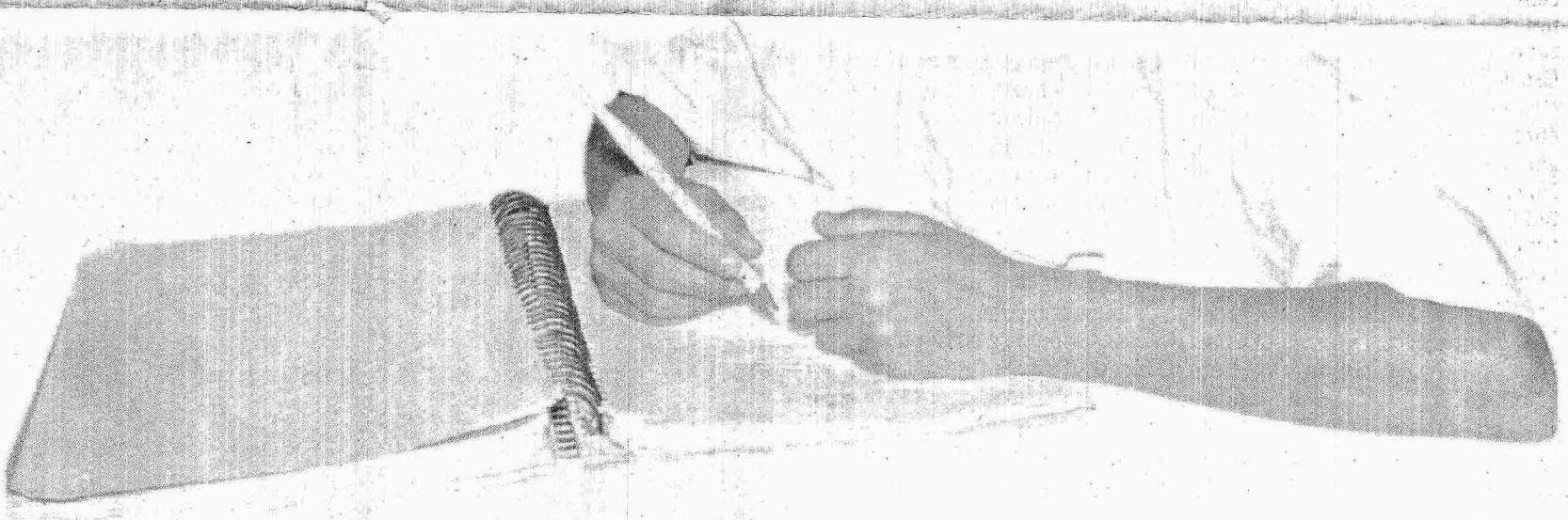
Para a professora Maria de Fátima Felipe, uma das formuladoras do programa do Sesi, em Natal, verdadeira integração só acontece nas escolas como a sua, onde o professor comum é que convive com os problemas dos deficientes depois de cursos breves de capacitação com fonoaudiólogos, terapeutas, psicólogos. "Pedagogo e educador não são a mesma coisa. Não se pode delegar os problemas para alguém que está lá no gabinete, nas clínicas, que não conhece a história da criança", afirma Felipe referindo-se não apenas à integração, mas à educação em geral.

Dela discordam experts de Brasília, como a professora Francisca Rosineide Furtado, da Fundação Educacional, para quem sempre existirão salas especiais e reforço pedagógico, da mesma forma que os pais de alunos ditos normais recorrem às clínicas especializadas quando seus filhos apresentam qualquer dificuldade de aprendizado. Idêntica é a opinião da equipe do MEC, como Ivana Siqueira. A diferença estaria no engajamento cada vez maior de todos diante de um problema que afeta 10% da população brasileira ou 15 milhões de pessoas. Desses, apenas 334 mil estão na escola ou 1% das 34 milhões de crianças matriculadas no ensino fundamental no país, com os quais o governo ainda gasta muito pouco: apenas R\$ 45 milhões no ano passado. A estatística é mais cruel quando se sabe que a integração atinge ainda menos os mais pobres, sem condições para usar o tempo gasto em ganhar a vida para levar o filho para a escola e pegá-lo na volta.

Em outras áreas há dados animadores. Nos últimos anos, segundo Ivana, a sociedade tem alterado seu comportamento em relação ao deficiente. Da integração, que significa reestruturar a escola — desde os currículos à arquitetura — para receber os deficientes, está evoluindo para um conceito de inclusão. "Isso passa por uma mudança de valores e não apenas por uma mudança de metodologia de ensino", diz. É por isso que os pais estão tirando os filhos deficientes de casa. Além da campanha do MEC, várias providências foram tomadas com o mesmo objetivo: cursos de graduação nas universidades para incluir disciplinas relativas ao assunto, vestibulares adaptados às necessidades do deficiente, ensino técnico está voltado para a profissionalização e TV Escola com um capítulo dedicado à formação de professores para lidar com deficientes.

Dever de casa de Gabriel. "Pô o masculino"
menina menino rapa rapo
Pata pata cadelas cachorro
galinha galinha gato gato

Dever de casa de Gabriel. "Está horrível?",
pergunta ele à mãe depois de terminar a lição



MÔNICA SE VIRA MUITO BEM

Olhos brilhantes, a morena Mônica, 22 anos, primeiro ano de engenharia da computação, chegou mais perto da meta de sua vida: a independência financeira. O gordinho R, 4, está longe de realizar seu sonho, qualquer que seja ele. Em dezembro, a escola que freqüentava há três anos desistiu dele.

Aprovada no vestibular de dezembro, todos os dias às 13h30, cheirando a colônia do Boticário, Mônica Pinheiro está pronta para dirigir o próprio carro até a Universidade Potiguar. Aos oito meses os pais descobriram que ela tinha profunda deficiência auditiva, consequência de lesão do nervo auditivo interno. Desde então, não param de empurrá-la, com sucesso, na direção de inúmeros desafios.

Mônica, que está noiva de Pablo, gosta de matemática, passa um tempão em frente ao computador, viaja sozinha e não vê a hora de começar a trabalhar. Para chegar até lá, a tempestade foi sua principal arma. Boa aluna, "quando era reprovada, ela ficava muito abatida. Chorava, queria sair da escola", conta a mãe, D. Valdite, encarregada de uma tarefa delicadíssima. Mostrar que o problema estava nela, e não na escola. Era preciso estudar ainda mais.

Sempre agitado, R sofria de catarrata, não tinha visão lateral, mal sentia dor ao cair e reagia a qualquer atividade socializante. Com isso, exigia uma funcionária dedicada exclusivamente a acompanhá-lo o tempo todo. "Enquanto os outros meninos queriam rabiscar, pintar, cantar, R

deixava o grupo e ia brincar com aí, sozinho", conta a funcionária.

A deficiência de R era tão severa que ao final de uma semana o máximo que ele aprendia era pedir para ir ao banheiro fazer xixi. Nos demais dias fazia nas calças, porque em casa tinha uma babá que o mimava o tempo todo. R exauriu a professora e a auxiliar sem sequer se comunicar. Tinha seu próprio mundo. No final do ano letivo, a diretora da escola brasiliense concluiu que era muito caro manter uma pessoa só para cuidar dele e recomendou aos pais que o matriculassem numa ins-

tituição especial, capaz de lidar com síndrome tão complexa.

Foi de um destino como esse que Mônica escapou, graças a decisão de D. Valdite e de seu marido, o dentista Francisco das Chagas, de carregá-la para onde fossem, integrando-a na rotina de uma vida normal. E ao redor do esforço diário, numa escola especial, onde, com a ajuda de equipamentos e sofisticadas técnicas, ela foi sendo apresentada a um mundo, cada vez mais atraente, de sons e movimentos. "No começo ia à escola para brincar. Não gostava de português, por causa dos verbos.

Tinha medo quando a professora fava zangada e ralhava com a gente por alguma razão", conta.

A letra miúda, bem feita, contrasta com a dificuldade para ler (deficientes auditivos usam uma linguagem quase telegráfica) que ela supera em virtude do grande interesse por tudo, especialmente por TV, onde adora ver filmes. O status de universitária é o maior troféu que conseguiu até hoje. "Até onde ela irá?", pergunta a mãe, orgulhosa. "Mônica tem uma cabeça ótima. O importante é que ela conseguiu chegar até aqui", responde. (JN)



Computação, uma das atividades preferidas de Mônica: treino para conquistar a independência financeira